



CONTRATO nº 81/2025

Livro 01/2025, às fls. 41.

Processo Administrativo nº 9900185732/2025.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E ESTRUTURA LOGÍSTICA QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A 61.452.485 JANAINA CASTILHO AZEVEDO

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, integrada ao Município de Niterói, com sede à Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro, Niterói/RJ, inscrita no CNPJ sob o Nº. 39.244.595/0001-66, neste ato representada por sua Presidente, **ANDREA ROSA BELLO**, portadora da Matrícula Funcional nº 11238.037-8, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, 61.452.485 **JANAINA CASTILHO AZEVEDO**, situada à Rua Coronel Rodrigues, nº 427, Centro São Gonçalo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.452.485/0001-49, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **JANAINA CASTILHO AZEVEDO**, portador da Carteira de Identidade Nº 08.727.836-2 e inscrito no CPF sob o nº 015.045.577-19 tendo em vista o que consta no Processo nº 9900185732/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 (art. 75, II), do Decreto Municipal nº 14.730/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços especializada para fornecimento de materiais, serviços e estrutura logística necessários à realização do Evento de Inovação, no Centro de Formação Darcy Ribeiro**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação: prestação de serviços especializada para fornecimento de materiais, serviços e estrutura logística necessários para realização da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), evento previsto para agosto de 2025, no Centro de Formação Darcy Ribeiro.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Estudo Técnico-Preliminar;

1.3.3 A Proposta do Contratado que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos e anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados;

1.3.5 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **02 (dois) meses**, contados da data de assinatura do presente termo, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

f) Haja informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

✓

Ⓢ



CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e VIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA: PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de **59.980,00** (cinquenta e nove mil e novecentos e oitenta reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de **59.980,00** (cinquenta e nove mil e novecentos e oitenta reais), diretamente na conta corrente de titularidade do **CONTRATADO**, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, preferencialmente.

6.1.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal, conforme disposto no item 13 do Termo de Referência.

6.2. No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4. O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Fundação Municipal de Educação de Niterói, situada à Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro, Niterói/RJ.

6.5. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar: a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório; b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o





prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.9 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo **CONTRATADO**, ficando vedada a emissão de nota de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados.

6.9.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**;

7.1.5 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.6 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO**, do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.1.7 Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste contrato;

7.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.9 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

7.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, §4º da Lei nº 14.133/2021.

7.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA**.

7.1.13 O presente contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter suporte técnico na forma e horários descritos no item 1.2, subitem III da Cláusula Primeira do presente termo.

8.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

✓

Ⓟ



8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. Manter a regularidade junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

8.1.8.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

✓

Q



8.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XIV)

10.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, e do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, a prática, pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021:

11.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:



- 11.1.5.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.5.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.5.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.5.4 Deixar de apresentar amostra;
- 11.1.5.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório.
- 11.1.6 Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.6.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 11.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.8 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- 11.1.9 Fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 11.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.10.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.10.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.10.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.10.4 Apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;
- 11.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- 11.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 11.2 Serão aplicadas ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 **Advertência**, prevista no art. 156, I §2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 11.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 11.2.2 **Multa Administrativa**, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pelas infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros: a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 11.1.1, incidente sobre o valor anual do contrato; b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, incidente sobre o valor anual do contrato; c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o valor anual do contrato.
- 11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.
- 11.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
- 11.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.
- 11.2.2.4 A penalidade de multa poder ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2.3 **Impedimento de licitar e contratar**, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.2.4 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, prevista no art. 156, IV, §5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.



11.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

11.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 11.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

11.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

11.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de ...% do valor do contrato.

11.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação: a) as sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa; b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva: b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal; b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

11.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

11.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

11.7.2 A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de: a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, contado da data da intimação; b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

11.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma: a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

11.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

✓

Ⓢ



público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

13.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.1 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente, o definitivo.

13.5.1 Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final do índice definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

13.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados: a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente; b) a partir da data do requerimento do **CONTRATADO**, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

13.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do **CONTRATADO**, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do **CONTRATADO**, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

13.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

13.11 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do Município de Niterói deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1 Fonte de Recursos: 1.500.99;

14.1.2 Programa de Trabalho: 20.43.12.573.0135.6406;

14.1.3 Elemento da Despesa: 3.3.3.9.0.39.00.00.00;

14.1.4 Nota de Empenho: 001219/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 14.730/2023, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

✓

Ⓢ



16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos de forma amigável, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

X  
ANDRESSA ROSA BELLO
PRESIDENTE/FME

X 
61.452.485 JANAINA CASTILHO AZEVEDO

Testemunhas:

1 _____

CPF Nº: _____

2 _____

CPF Nº: _____

Fiscal Setorial	Karla de Souza Aguiar	437.415-4	Assessora de TIC/ITIC
-----------------	-----------------------	-----------	-----------------------

Art. 9º Caberá ao Gestor da Contratação administrar a contratação até a sua conclusão, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado da execução, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

Art. 10 Caberá ao fiscal administrativo o acompanhamento da execução em relação aos seus aspectos administrativos, cabendo-lhe o desempenho das atribuições previstas no art. 20 e no art. 22, ambos do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

Art. 11 Caberá ao fiscal técnico o acompanhamento da execução em relação aos seus aspectos técnicos, cabendo-lhe o desempenho das atribuições previstas no art. 20 e no art. 21, ambos do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

Art. 12 A Equipe de Gestão e de Fiscalização da Contratação deverá realizar, de forma preventiva, rotineira e sistemática, todas as atividades previstas nos artigos 17 e seguintes do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado o dispositivo em contrário.

EXTRATO FGA Nº 099/2025

INSTRUMENTO: TERMO AJUSTE CONTAS Nº 26/2025. PARTES: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e F.N.DE SÁ, PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO: Iza Boeira Fellows e Fernando Nery de Sá. OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Ajuste de Contas o pagamento ao F.N.DE SÁ, pelos serviços prestados na unidade localizada na Rua Coronel Miranda, 91, Ponta da Areia, Niterói - RJ, onde funciona a Coordenadoria de Farmácia (COFAR), Almoxarifado Central (ALCEM) e Setor de Patrimônio (SEPAT). VALOR: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) referentes aos meses de março e abril de 2025; R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). VERBA: Programa de Trabalho: 25.43.10.122.0145.6251; Fonte: 1.800.50; Código de Despesa: 33.90.39; Nota de Empenho nº 000641/2025.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.886/93, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 9900136705/2025. ASSINATURA: 19 de agosto de 2025

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE - SUGET

Gratificação Permanente de Transição de Regimes (GPTR) - Deferido - Processo 9900117295/2025 - MARIA ELISA FERREIRA MOTA

Gratificação Permanente de Transição de Regimes (GPTR) - Deferido - Processo 9900131267/2025 - GRACIENE DE FATIMA SILVA DOS SANTOS

Licença Especial - Deferida - Processo 9900162861/2025 - VALESKA SOUZA PEDROTTI

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 640/FME/2025

Institui Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 078/2025.

OBJETO: Contratação de serviço especializado para fornecimento, montagem e suporte técnico de 14 (quatorze) arenas padronizadas de robótica com rampa, confeccionadas em MDF, incluindo todos os componentes estruturais necessários à realização de competições e demonstrações da Etapa Regional Niterói da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR). GESTORA: Ana Flávia Teixeira Veiros. Matrícula nº 1248097-0. Cargo: Subsecretaria. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. GESTORA SUBSTITUTA: Deyla Wiviane de Araújo Batista. Matrícula: 11234003-3. Cargo: Pedagoga. Lotação: Gabinete do Secretário/SME. FISCAIS: 1) Márcia Lúcia Correia de Abreu. Matrícula nº 11231215-5. Cargo: Professora. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. 2) Eriton Matheus dos Santos Andrade. Matrícula nº 1247030-0. Cargo: Assessor. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. PARTES: FME e a JILR COMERCIO DE ARMARINHO LTDA. FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021. PROCESSO: 9900174188/2025.

PORTARIA Nº 641/FME/2025

Institui Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 081/2025.

OBJETO: Prestação de serviços especializada para fornecimento de materiais, serviços e estrutura logística necessários à realização do Evento de Inovação, no Centro de Formação Darcy Ribeiro. GESTORA: Ana Flávia Teixeira Veiros. Matrícula nº 1248097-0. Cargo: Subsecretaria. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. GESTORA SUBSTITUTA: Tatiane Freire de Moura. Matrícula: 11234338-0. Cargo: Professora. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. FISCAIS: 1) Márcia Lúcia Correia de Abreu. Matrícula nº 11231215-5. Cargo: Professora. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. 2) Eriton Matheus dos Santos Andrade. Matrícula nº 1247030-0. Cargo: Assessor. Lotação: Subsecretaria de Planejamento, Avaliação e Inovação/SME. PARTES: FME e a JANAINA CASTILHO AZEVEDO. FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021. PROCESSO: 9900185732/2025.

PORTARIA FME Nº 643/2025: A Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 13, inciso II, § 2º da Lei 3.067/2013, publicada em 13 de dezembro de 2013. RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os membros da comissão para análise da documentação dos processos dos servidores para a concessão do Adicional por Formação Continuada, considerando os critérios estabelecidos na Lei 3.067/2013, que institui o novo Plano Unificado de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Fundação Municipal de Educação.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- 1 - Arley Lima Lopes - mat. 11232.201-4
- 2 - Luiz Felipe Carmo de O. Lopes - mat. 11238.034-4
- 3 - Elen Maíra dos Santos Reis Ramos - mat. 11238080-0
- 4 - Jaqueline Barbosa Camarinha - mat. 11236820-7
- 5 - Valéria Muniz Calor de Oliveira - mat. 11233.355-7

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA FME Nº 644/2025: A Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 17, § 2º da Lei 3.067/2013, publicada em 13 de dezembro de 2013. RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os membros da comissão para análise da documentação dos processos dos servidores para a concessão de Progressão Funcional por Titulação na Carreira, considerando os critérios estabelecidos na Lei 3.067/2013, que institui o novo Plano Unificado de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Fundação Municipal de Educação.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- 1 - Arley Lima Lopes - mat. 11232.201-4
- 2 - Luiz Felipe Carmo de O. Lopes - mat. 11238.034-4
- 3 - Elen Maíra dos Santos Reis Ramos - mat. 11238080-0
- 4 - Jaqueline Barbosa Camarinha - mat. 11236820-7
- 5 - Valéria Muniz Calor de Oliveira - mat. 11233.355-7

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL Nº 001/2025

PROCESSOS: 990024015/2024, 9900129658/2025 e 9900177189/2025. INSTRUMENTO: Rescisão unilateral nº 001/2025 da Ordem de Execução nº 002/2025, vinculada à Ata de Registro de Preços nº 002/2025 (Pregão Eletrônico nº 011/2024), com apuração de responsabilidades e adoção das medidas administrativas cabíveis. PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE e, do outro lado, FVR Soares LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.348.827/0001-78, como CONTRATADA. OBJETO: Inexecução parcial do ajuste, em razão do descumprimento de prazos e quantitativos estabelecidos na Ordem de Execução nº 002/2025, sem apresentação de justificativa, mesmo após notificação formal, referente ao fornecimento de materiais de limpeza, higienização e descartáveis destinados à Rede Municipal de Educação. FUNDAMENTO: Art. 137, I, e art. 139 da Lei nº 14.133/2021; Decreto Municipal nº 14.730/2023. DATA DE ASSINATURA: 21/08/2025.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 078/2025

PROCESSO: 9900174188/2025. INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 078/2025. PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa JILR COMERCIO DE ARMARINHO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.844.167/0001-62, como CONTRATADA. OBJETO: Contratação de serviço especializado para fornecimento, montagem e suporte técnico de 14 (quatorze) arenas padronizadas de robótica com rampa, confeccionadas em MDF, incluindo todos os componentes estruturais necessários à realização de competições e demonstrações da Etapa Regional Niterói da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR). PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais). VERBA: Natureza das Despesas: 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Programa de Trabalho: 20.43.12.573.0135.6408; Fonte de Recurso: 1.500.99; Nota de Empenho: 001110/2025. FUNDAMENTO: Art. 75, II, XIV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 14.730/2023. DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 051/2025

PROCESSO: 9900185732/2025. **INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 051/2025. **PARTE:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa 61.452.485 JANAIA CASTILHO AZEVEDO, inscrita no CNPJ nº 61.452.485/0001-49, como CONTRATADA. **OBJETO:** Prestação de serviços especializada para fornecimento de materiais, serviços e estrutura logística necessários à realização do Evento de Inovação, no Centro de Formação Darcy Ribeiro. **PRAZO:** 02 (dois) meses. **VALOR:** R\$ 59.980,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta reais). **VERBA:** Natureza das Despesas: 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Programa de Trabalho: 20.43.12.573.0135.6406; Fonte de Recurso: 1.500.99; Nota de Empenho: 001219/2025. **FUNDAMENTO:** Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 14.730/2023. **DATA DE ASSINATURA:** 14/08/2024.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 84/2025

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 84/2025. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI E JULIANA DE SOUZA SANTOS ALVES. **Objeto:** O presente contrato tem por objeto a contratação temporária simplificada de Merendeiro, para atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público da Rede Municipal de Educação de Niterói, de acordo com o resultado do processo seletivo simplificado contido no Edital Conjunto SME/FME nº 005/2024, Processo Administrativo 990018118/2024. **Prazo:** O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, admitida uma ou mais prorrogações por igual ou inferior período, até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, conforme disposto no subitem 9.11 do Edital. Deve ser executado integralmente e sem interrupções, salvo aquelas expressamente previstas em lei e no presente termo de contrato. **Valor Mensal Estimado:** R\$ 1.995,35 (mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos). **Fundamento:** Art. 37º, II e IX, Constituição Federal de 88 e Lei Municipal nº 3.378/2018. **Processo:** 990018118/2024. **Data da Assinatura:** 22/08/2025.

A Presidente do CEC da EM VILA COSTA MONTEIRO no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 8º, Parágrafo 1º e 2º do estatuto deste Conselho Escola Comunitária, convoca a Comunidade escolar para participar da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Unidade de Educação, localizada na Rua Costa Monteiro, s/n - Niterói, no dia 27 de agosto de 2025 às 10h em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes, conforme indicação estatutária, às 10h30min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para discutir sobre as seguintes pautas:

- Alterações no Estatuto, do CEC conforme portaria nº 560/2025, publicado do Diário Oficial em 06/08/2025.
- Validação do novo mandato da Diretoria da UEx do CEC para o período de 12/07/2025 a 31/12/2027;
- Eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para o período de 12/07/2025 a 31/12/2027;
- Fazer ou ratificar o calendário anual de reunião do CEC;
- Fazer ou alterar o ROL de Materiais, Bens e/ou Serviços Prioritários;
- Assuntos Gerais.

A Presidente do CEC da EM MAESTRO HEITOR VILLA-LOBOS no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 8º, Parágrafo 1º e 2º do estatuto deste Conselho Escola Comunitária, convoca a Comunidade escolar para participar da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Unidade de Educação, localizada na Rua São Brand, s/nº - Ilha da Conceição - Niterói, no dia 27 de agosto de 2025 às 20h em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes, conforme indicação estatutária, às 20h30min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para discutir sobre as seguintes pautas:

- Alterações no Estatuto, do CEC conforme portaria nº 560/2025, publicado do Diário Oficial em 06/08/2025.
- Validação do novo mandato da Diretoria da UEx do CEC para o período de 12/07/2025 a 31/12/2027;
- Eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para o período de 12/07/2025 a 31/12/2027;
- Fazer ou ratificar o calendário anual de reunião do CEC.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN**ATO DA PRESIDENTA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2025**

Instrumento/espécie: Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 02/2024. **Objeto:** Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 90002/2024, para futuro e eventual fornecimento de material de limpeza e higiene à Fundação de Arte de Niterói e seus equipamentos, pelo prazo adicional de 12 (doze) meses, com renovação integral dos quantitativos registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, no valor total de R\$202.473,12 (duzentos e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e doze centavos). **Processo Administrativo:** nº 9900027005/2024. **Partes:** Fundação de Arte de Niterói – FAN, inscrita no CNPJ sob o nº 28.550.176/0001-36 e LUBEC DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.618.454/0001-94. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 14.730/2023. **Vigência:** até 14/08/2026. A Ata de Registro de Preços se encontra disponível na página www.culturalniteroi.com.br/transparencia.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025

Instrumento/espécie: Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 01/2024. **Objeto:** Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 90001/2024, para futuro e eventual fornecimento de material de escritório à Fundação de Arte de Niterói e seus equipamentos, pelo prazo adicional de 12 (doze) meses, com renovação integral dos quantitativos registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, no valor total de R\$58.296,86 (sessenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos). **Processo Administrativo:** nº 9900027006/2024. **Partes:** Fundação de Arte de Niterói – FAN, inscrita no CNPJ sob o nº 28.550.176/0001-36 e LUBEC DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.618.454/0001-94. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 14.730/2023. **Vigência:** até 14/08/2026. A Ata de Registro de Preços se encontra disponível na página www.culturalniteroi.com.br/transparencia.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA PRESIDENTA**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025****ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO SOB O Nº 052/2025**

Autorizo e Ratifico a contratação do grupo artístico "CIA JUKAH DE TEATRO", consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais) para 03 (três) apresentações musicais, referente ao evento "JAMBEIRO ENCANTADO" com direção de Diego Ramos, que ocorrerão nos dias 31/08/2025, 26/09/2025, 26/10/2025, às 10 horas, no Solar do Jambêiro, Ingá - Niterói/RJ, por meio do empresário exclusivo DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS, inscrito no CNPJ sob o nº 52.452.355/0001-15. **Processo Administrativo/FAN** nº 9900190258/2025. **Dotação Orçamentária:** PT: 41.41.13.392.0136.6016, CD: 33.90.36; **Fonte/Recurso:** 1.704.02; **Fundamentação Legal:** Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 14.730/2023.

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO: NELITUR**Ato do Presidente****EXTRATO DE EMPENHO**

INSTRUMENTO: Nota de Empenho. **Partes:** O Município de Niterói, por meio da Niterói Empresas de Lazer e Turismo S/A - NELITUR, e o Instituto Brasileiro De Direito Administrativo, CNPJ nº 29.419.181/0001-77. **OBJETO:** Despesa com a inscrição de 2 (Dois) servidores da NELITUR no 39º Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. **PRAZO:** Entrega imediata. **VALOR:** R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais). **VERBA:** PT nº 23473/2025 - 10.52.23.126.0145.6228, CD: 3.3.3.9.0.39.27.00.00; 3.3.3.9.0.39.00.00.00. **FONTE:** 1.704.00. **NOTA DE EMPENHO** Nº: 000256. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Com fundamento no Processo Administrativo nº 9900192112/2025, regendo-se pelas normas da Lei nº 13.303/2018, em especial o art. 30, que trata da inexistência de licitação quando houver inviabilidade de competição, como no caso de despesa com a inscrição de 2 (Dois) servidores da NELITUR no 39º Congresso Brasileiro De Direito Administrativo, não havendo possibilidade de competição no fornecimento desse serviço. **DATA DA ASSINATURA:** 22 de Agosto de 2025.

NITERÓI TRÂNSITO S/A-NITTRANS**Ato do Presidente**

PORTARIA NITTRANS Nº 677/2025: O Presidente da Niterói Trânsito S.A. - NITTRANS, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal nº 2.263, de 28 de dezembro de 2005 e 3.652, de 12 de dezembro de 2023 e no cumprimento do art. 24, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

PROCESSO: 9900163576/2025. **INSTRUMENTO:** Acordo de Colaboração nº 008/2025. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e, do outro lado, a UNIÃO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - UME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.885.457/0001-44. **OBJETO:** Concessão do campo para Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório por parte da FME aos estudantes regularmente matriculados nos Cursos de Graduação de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia, Educação Especial, Letras Português/Inglês e Português/Libras e Matemática, Geografia, História e Bacharelado em Biblioteconomia oferecida pela UNIÃO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - UME. **PRAZO:** 02(dois) anos. **FUNDAMENTO:** Art. 184 da Lei nº 14.133/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 25/08/2025

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 083/2025

PROCESSO: 9900134388/2025. **INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 083/2025. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa ELITE TURISTICA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.011.107/0001-23, como CONTRATADA. **OBJETO:** Prestação de serviços de transporte terrestre dos estudantes da Rede Municipal de Educação de Niterói, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Fundação Municipal de Educação de Niterói, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo empenhados inicialmente R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). **VERBA:** Natureza das Despesas: 3.3.3.9.0.33.00.00.00; Programa de Trabalho: 20.43.12.122.0135.6187; Fonte de Recurso: 1.500.14; Nota de Empenho: 001318/2025. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 14.730/2023. **DATA DE ASSINATURA:** 22/08/2025.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 85/2025

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 85/2025. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI E GUILHERME DE MATTOS. **Objeto:** O presente contrato tem por objeto a contratação temporária simplificada de Merendeiro, para atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público da Rede Municipal de Educação de Niterói, de acordo com o resultado do processo seletivo simplificado contido no Edital Conjunto SME/FME nº 005/2024, Processo Administrativo 9900018118/2024. **Prazo:** O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, admitida uma ou mais prorrogações por igual ou inferior período, até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, conforme disposto no subitem 9.11 do Edital. Deve ser executado integralmente e sem interrupções, salvo aquelas expressamente previstas em lei e no presente termo de contrato. **Valor Mensal Estimado:** R\$ 1.995,36 (mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos). **Fundamento:** Art. 37º, II e IX, Constituição Federal de 88 e Lei Municipal nº 3.378/2018. **Processo:** 9900018118/2024. **Data da Assinatura:** 25/08/2025.

A Presidente do CEC da **UMEI PROFESSORA MARIA JOSÉ MANSUR BARBOSA** no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 8º, Parágrafo 1º e 2º do estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca a Comunidade escolar para participar da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Unidade de Educação, localizada na Rua Magnólia Brasil, nº 68 - Niterói, no dia 29 de agosto de 2025 às 8h em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes, conforme indicação estatutária, às 8h30min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para discutir sobre as seguintes pautas:

- Alterações no Estatuto, do CEC conforme portaria nº 560/2025, publicado do Diário Oficial em 06/08/2025.
- Validação do novo mandato da Diretoria da UEx do CEC para o período de 12/07/2025 a 31/12/2027;
- Eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para o período de 12/07/2025 a 31/12/2027;
- Fazer ou ratificar o calendário anual de reunião do CEC;
- Fazer ou alterar o ROL de Materiais, Bens e/ou Serviços Prioritários;
- Assuntos Gerais

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 004/2025

PROCESSO: 9900047935/2024. **INSTRUMENTO:** Termo de Reconhecimento de Dívida 004/2025. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e, do outro lado, DADY ILHA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 08.540.992/0001-51. **OBJETO:** Reconhecimento e Pagamento à DADY ILHA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, de dívida referente à prestação de serviços de locação de máquinas copiadoras/multifuncionais para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, sede da Fundação Municipal de Educação e Anexos. **VALOR:** R\$ 210.033,87 (duzentos e dez mil trinta e três reais e oitenta e sete centavos). **VERBA:** Natureza das Despesas: 3.3.3.9.0.92.00.00.00; Programa de Trabalho: 20.43.12.126.0135.6337; Fonte de Recurso: 1.573.00; **Nota de Empenho:** 000805/2025. **FUNDAMENTO:** Lei nº 4.320/1964. **DATA DE ASSINATURA:** 22/08/2025.

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

OBJETO: Contratação de serviço especializado para fornecimento, montagem e suporte técnico de 14 (quatorze) arenas padronizadas de robótica com rampa, confeccionadas em MDF, incluindo todos os componentes estruturais necessários à realização de competições e demonstrações da Etapa Regional Niterói da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR).

CONTRATADA: JJLR COMERCIO DE ARMARINHO LTDA. **CNPJ:** 31.844.167/0001-62. **VALOR:** VALOR: R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais). **FUNDAMENTO:** art. 75, II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** 9900174188/2025.

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

OBJETO: Prestação de serviços especializada para fornecimento de materiais, serviços e estrutura logística necessários à realização do Evento de Inovação, no Centro de Formação Darcy Ribeiro. **CONTRATADA:** 61.452.485 JANAINA CASTILHO AZEVEDO. **CNPJ:** 61.452.485/0001-49. **VALOR:** VALOR: R\$ 59.980,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta reais). **FUNDAMENTO:** art. 75, II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** 9900185732/2025.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN ATOS DA PRESIDENTA

PORTARIA Nº 203/2025- PORTARIA DE DESIGNAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO.

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN, no uso de suas atribuições legais e no cumprimento do Decreto Municipal nº 14.730/2023 e do Decreto Municipal nº 11.950/2015, no que couber,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar para a função de fiscalizar o cumprimento do objeto do ato de inexigibilidade nº 052/2025 a comissão constituída por 02 (dois) servidores:

JACKSON JACQUES DA SILVA COUTO – cargo: Assessor Técnico – matrícula funcional nº 17.116-8 — lotado na Sede desta Fundação e DIEGO DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA – cargo: Diretor de Produção Cultural – matrícula funcional nº 17.106-3 — lotado na Sede desta Fundação para o acompanhamento e fiscalização do objeto do ato de inexigibilidade resumido: contratação do grupo artístico “CIA JUKAH DE TEATRO”, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, para 03 (três) apresentações musicais, referente ao evento “JAMBEIRO ENCANTADO”, com direção de DIEGO RAMOS, que ocorrerão no dias 31/08/2025, 28/09/2025, 26/10/2025, às 10 horas, no Solar do Jambeiro, Ingá – Niterói/RJ, sob o processo Administrativo FAN nº 9900190268/2025.

Parágrafo único: E no caso da ausência dos referidos fiscais de contrato, indico o servidor: LARYSSA REGINA MORAES FERNANDES – cargo: Assessor Técnico – matrícula funcional nº 17.118-7 — lotada na Sede desta Fundação, nos termos do art. 3º Decreto Municipal nº 11.950/2015.

PORTARIA Nº 204/2025- A Presidenta da Fundação de Arte de Niterói, no uso de suas atribuições legais, no cumprimento ao Decreto Municipal nº 14.730/2023 e do Decreto Municipal nº 11.950/2015, e considerando a necessidade de cumprimento do objeto do contrato vinculado ao processo nº 9900168717/2025, cujo objeto contratual ora resumido: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO) COM FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA,”

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Elena Pessanha Ribeiro, matrícula n.º 17053- 6 para figurar como GESTORA DO CONTRATO;

Art. 2º - Designar os servidores, para compor a Comissão de Fiscalização: Alessandra Lopes Rangel, matrícula n.º 17117-1 e Daniel Ferreira da Silva, matrícula n.º 17117-5, para o acompanhamento e fiscalização do objeto.

Parágrafo único: E no caso da ausência dos referidos fiscais de contrato, indico a servidora: Thais Pessanha Keller, matrícula n.º 17118-4, nos termos do artigo 3º do Decreto Municipal nº 11.950/2015.

Art. 3º. Revogar demais disposições em contrário.